



CRÉDIT AGRICOLE
CORPORATE & INVESTMENT BANK

Toute une banque pour vous

Banco Crédito Agricole Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021 E 2020
COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço Patrimonial Consolidado	9
Demonstração do Resultado do Exercício.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
1. Contexto operacional.....	13
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	13
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	23
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	23
5. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	23
6. Valor justo dos instrumentos financeiros	29
7. Ativos financeiros ao custo amortizado	30
8. Provisão para perdas de crédito esperadas	32
9. Passivos financeiros ao custo amortizado	33
10. Ativos fiscais diferidos	35
11. Outros ativos	35
12. Transações com partes relacionadas.....	36
13. Obrigações fiscais	37
14. Outros passivos	37
15. Capital social e dividendos	38
16. Receita (despesa) de juros	39
17. Resultado líquido com instrumentos financeiros	40
18. Receitas de prestação de serviços	40
19. Despesas de pessoal	40
20. Outras despesas administrativas	41
21. Despesas tributárias	41
22. Outras receitas operacionais	42
23. Outras despesas operacionais.....	42
24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	42
25. Imposto de renda e contribuição social.....	44
26. Gerenciamento de Risco	48

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. consolidado em IFRS, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. era composto por 24.289.284.928 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, ambos com sede na França.

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 11.623.402 (R\$ 14.302.558 em dezembro de 2020), a redução foi devida à redução dos montantes a receber de contratos de *SWAP* e a Termo, ambos constantes na rubrica de Instrumentos Financeiros Derivativos, e nas Operações de Crédito.

A carteira passiva atingiu R\$ 9.216.848 (R\$ 11.987.440 em dezembro de 2020) devido à redução nos recursos provenientes do exterior, identificados na rubrica de Obrigações por Empréstimos e Repasses.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 2.406.554 (R\$ 2.315.118 em dezembro de 2020), sendo a variação devida, basicamente, pelo lucro do exercício.

O Banco Crédit Agricole S.A. encerrou o exercício de 2021 com lucro de R\$ 106.436 (lucro de R\$ 38.557 no exercício de 2020), tendo como principais efeitos positivos o Resultado Líquido de Instrumentos Financeiros e as Receitas com Juros.

Gerenciamento de riscos

O Conglomerado Prudencial Crédit Agricole possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 26.

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia do Banco Crédit Agricole S.A. era de 26,69% (20,46% em 31 de dezembro de 2020). Para apuração do índice, foi utilizada metodologia padronizada e bases informacionais contábeis no padrão COSIF (Plano de Contas Padrão das Instituições Reguladas pelo Banco Central), ambas gerenciadas e divulgadas publicamente pela autarquia responsável pelas Instituições Financeiras no Brasil, o Banco Central do Brasil.

Relatório do auditor independente de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Aos
Administradores do
Banco Crédito Agricole Brasil S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédito Agricole Brasil S.A (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédito Agricole Brasil S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo

aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operação de Crédito e recebíveis e redução ao valor recuperável

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito (valor recuperável), mediante a aplicação metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado na nota explicativa nº7, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de créditos a clientes e recebíveis é de R\$ 3.313.968 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 62.990 mil, conforme apresentado na nota explicativa nº8.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de provisão por operação; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; (vi) análise das políticas contábeis e modelos de estimativas de perda esperada da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de redução ao valor recuperável, recálculo da redução ao valor recuperável em atendimento aos requisitos do IFRS 9, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos de clientes e recebíveis e redução ao valor recuperável, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

**Building a better
working world**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC- 1SP241659/O-9

Balanço Patrimonial Consolidado

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.002.498	6.486.585
Ativos financeiros			
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.833.556	1.486.942
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	1.135.950	1.753.357
Ativos Financeiros ao custo amortizado			
Títulos e valores mobiliários	7.1	1.056.971	-
Operações de crédito	7.3	3.313.968	4.229.605
(-) Provisões para Perdas Esperadas	8	(62.990)	(155.143)
Ativos fiscais - diferido	10	267.926	271.699
Outros ativos	11	51.454	197.838
Investimentos		207	207
Imobilizado em curso		-	834
Imobilizado de uso		17.873	21.845
Ativo Intangível		5.989	8.789
Total do ativo		11.623.402	14.302.558
Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	985.262	1.008.220
Passivo Financeiros ao custo amortizado			
Depósitos	9.1	306.158	752.059
Captações no mercado aberto	9.2	642.835	136.015
Recursos de aceites e emissão de títulos	9.3	3.519	6.599
Obrigações por empréstimos e repasses	9.4	6.710.385	9.531.497
Obrigações fiscais	13	345.914	297.955
Outros Passivos	14	222.041	254.612
Resultado de exercícios futuros		734	483
Total do passivo		9.216.848	11.987.440
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	2.105.673	2.105.673
Reservas de Lucros	15	300.881	209.445
Total do Patrimônio líquido		2.406.554	2.315.118
Total do passivo e Patrimônio Líquido		11.623.402	14.302.558

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Exercício	
		2021	2020
Receitas com juros	16	317.551	228.132
Despesas com juros	16	(67.964)	(69.816)
Resultado líquido de juros		249.587	158.316
Resultado líquido com instrumentos financeiros	17	594.210	(146.438)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(550.782)	211.774
Receitas de prestação de serviços	18	40.969	14.749
Outras receitas operacionais	22	32.617	15.047
Outras despesas operacionais	23	(79.979)	(7.462)
Total das receitas (despesas)		286.622	245.986
Despesas administrativas	20	(78.840)	(57.117)
Despesas de pessoal	19	(85.252)	(75.107)
Provisão para perda esperada		92.153	(21.955)
Resultado não operacional		86	(90)
Despesas tributárias	21	(30.527)	(29.314)
Lucro operacional antes da tributação		184.242	62.403
Imposto de renda e contribuição social		(77.806)	(23.846)
Lucro Líquido do Exercício		106.436	38.557
Lucro por ação			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$			
Ações ordinárias		4,8454	1,7553
Ações preferenciais		0,1866	0,0676
Média Ponderada das ações em circulação - Básico e diluído por lote de mil ações			
Ações ordinárias		21.966	21.966
Ações preferenciais		570.332	570.332
Total do resultado abrangente líquido de impostos		106.436	38.557

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Notas	Reservas de lucros				Total dos controladores
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.452.865	25.183	163.705	-	1.641.753
Aumento de capital	652.808	-	-	-	652.808
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.557	38.557
Destinação:					-
Reserva legal	-	1.928	-	(1.928)	-
Reserva de lucros	-	-	18.629	(18.629)	-
Juros sobre capital próprio	15e	-	-	(18.000)	(18.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.105.673	27.111	182.334	-	2.315.118
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	106.436	106.436
Destinação:					-
Reserva legal	-	5.322	-	(5.322)	-
Reserva de lucros	-	-	86.114	(86.114)	-
Juros sobre capital próprio	15e	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.105.673	32.433	268.448	-	2.406.554

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Exercício	
		2021	2020
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercícios		106.436	38.557
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo líquido ao caixa líquido			
Provisão/Reversão para perda esperada		(92.153)	21.955
Participações nos lucros		3.268	2.895
Provisão para IR e CS diferidos		77.806	23.800
Provisão contingências fiscais e trabalhistas		443	820
Reversão provisão indedutível		(13.976)	(1.425)
Marcação a mercado de TVM e derivativos		194.989	(307.967)
Depreciação e amortização		6.255	3.845
Baixa de bens por descarte		105	38
Recebimento de bens por doação		(118)	-
Lucro/(prejuízo) ajustado do semestre/exercício		283.055	(217.482)
Variação de ativos e passivos			
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado		75.804	(1.272.858)
(Aumento) Redução em Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	33.755
(Aumento) Redução em Operações de crédito		(141.334)	(1.846.062)
(Aumento) Redução em Outros créditos		150.157	(270.497)
(Redução) Aumento em Passivo Financeiros ao valor justo por meio do resultado		(22.958)	629.579
(Redução) Aumento em Depósitos		(445.901)	266.371
(Redução) Aumento em Captações no mercado aberto		506.820	67.239
(Redução) Aumento em Recursos de aceites e emissão de títulos		(3.080)	(20.228)
(Redução) Aumento em Obrigações por empréstimos e repasses		(2.821.112)	6.035.906
(Redução) Aumento em Outros Passivos		(30.617)	(229.119)
(Redução) Aumento em Resultado de exercícios futuros		252	(77)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.238)	(28.454)
		(2.753.207)	3.365.555
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais		(2.470.152)	3.148.073
Aquisição/ baixas de imobilizado de uso		50	1.477
Aquisição/ baixas de intangível		1.315	(9.417)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		1.365	(7.940)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	652.808
Juros sobre capital próprio		(15.300)	(46.750)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento		(15.300)	606.058
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(2.484.087)	3.746.191
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	6.486.585	2.740.394
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	4.002.498	6.486.585
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(2.484.087)	3.746.191

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. e suas subsidiárias (“o Grupo”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 23 de março de 2022. O Grupo têm por objeto social operar nas carteiras comerciais, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio e atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas.

O Banco Crédito Agricole Brasil S.A., com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, São Paulo, Brasil, é constituído sob a forma de sociedade por ações, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank – France, com participação acionária de 84,39% em 2021 (mesmo valor em 2020) das ações ordinárias, e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, com participação de 15,61% em 2021 (mesmo valor em 2020), ambas com sede na França.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédito Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, o Grupo apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2019 é apresentado nessas demonstrações financeiras consolidadas conforme a IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

2.1) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- E a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Banco avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo incluem os saldos do Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo Itu"), do qual o Banco tem participação direta de 92,00% (88,76% em 2019), e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Auto Peças ("Fundo Mercantis Auto Peças"), do qual o Fundo Itu tem participação de 100%. Em 2021 o Fundo Itu deixou de ter participação no Fundo Global TR, sendo esta de 100% até 2020.

O Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios destina-se exclusivamente a investidores qualificados residentes ou não no Brasil e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos seus recursos em cotas FIDC que atendam à condição para investimento e à política de investimento do fundo. As aplicações realizadas no fundo não contam com a garantia da Administradora, do custodiante, do gestor, do agente de recebimento, do agente cobrador, do consultor de crédito, de suas pessoas controladoras, sociedades por estes, direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A gestão da carteira do Fundo é realizada pela CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Auto Peças destina-se exclusivamente a investidores qualificados e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos recursos do fundo na aquisição preponderante de direitos creditórios. As aplicações realizadas no fundo não contam com garantia da administradora, da gestora, do comitê de investimentos ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais se sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Global TR destina-se exclusivamente a investidores qualificados e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos recursos do fundo na aquisição preponderante de direitos creditórios. As aplicações realizadas no fundo não contam com garantia da administradora, da gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais se sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

O Fundo Itu possui participação em outros fundos de investimentos, porém apenas o Fundo Mercantis Auto Peças consolida no Grupo (até 2020 o Fundo Global TR também era consolidado). O Fundo Itu não retém os riscos e benefícios do FIDC GMAC e do FIDC RN, e as cotas subordinadas são suficientes para absorver a expectativa de perdas.

A carteira do Fundo Itu é constituída pelos seguintes Fundos de Investimentos:

Fundo	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor da carteira do Fundo Itu	% de participação do Fundo Itu no PL dos fundos de investimento	Valor da carteira do Fundo Itu	% de participação do Fundo Itu no PL dos fundos de investimento
BEM FI RF SIMPL TPF	43	0,01%	133	0,01%
FIDC MERCANTIS AUTO PEÇAS	151.152	100,00%	110.345	100,00%
FIDC BANCO GMAC	403.073	73,08%	400.995	73,48%
FIDC GLOBAL ITR	-	-	1.003	100,00%
Total	554.268	100,00%	512.476	100,00%

Para a elaboração das demonstrações consolidada em IFRS, foram eliminadas as participações de uma entidade em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre as entidades incluídas na consolidação.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo - com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa do Grupo são representados por saldos em poder de bancos e aplicações e são mensurados, frente à luz da norma IFRS 9, como custo amortizado, de acordo com o modelo de negócio adotado pelo Grupo.

O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados na nota explicativa 4.

2.3. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio para gestão desses ativos financeiros, conforme a intenção da Administração.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

d) Passivo financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o passivo é baixado, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

e) Passivo financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo são demonstrados pelo valor justo no balanço patrimonial, sendo suas variações reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento do ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhante) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expiraram; ou

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de contrato de repasse e se:
 - (i) Transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - (ii) Não transferiu ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixas de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Desreconhecimento do passivo financeiro

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios, conforme abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Grupo reconhece uma provisão baseada em perdas esperadas dentro de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- Estágio 2: quando um instrumento financeiro demonstra um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o Grupo registra uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida desde instrumento. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- Estágio 3: são instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Grupo registra uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Neste processo, são utilizados os seguintes critérios:

- *Probability of Default (PD)*: Probabilidade da operação entrar em situação de perda em um determinado horizonte de tempo;
- *Exposure at Default (EAD)*: A exposição da Instituição Financeira no momento da perda;
- *Loss Given Default (LGD)*: O percentual desta exposição que não será recuperado em caso de ocorrência de perda.

Estes critérios serão aplicados em cada um dos estágios levando-se em consideração que, para o Estágio 1, a perda considera um horizonte de 12 meses. Para os Estágios 2 e 3, a perda deverá considerar o prazo médio contratual de cada produto.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação individual da perda por redução ao valor recuperável, o Grupo considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamento, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características do ativo, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e nível de liquidez das garantias e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

2.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de fluxo de caixa e mercado.

2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em contrapartida do reconhecimento em conta redutora do ativo.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro 2021 e 2020 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

2.6. Mensuração do valor justo

O grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível ao Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação.

Em cada data de reporte, o Grupo analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo.

As metodologias usadas para determinação dos valores justos de instrumentos financeiros são resumidas na nota 6.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

2.7. Tributos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 25%. Anterior a 01 de março de 2020, a alíquota da contribuição social era 15% (nota 25a). A partir de 01 de julho de 2021, a alíquota de contribuição social era de 25% (nota 25a). O crédito tributário e imposto diferido, referente a 31 de dezembro de 2021, foi constituído em 20% do montante a realizar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixada na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.8. Imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. Os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

O imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem consideradas como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

2.10. Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas ordinários, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais em ações ordinárias.

2.11. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações do Grupo, é contabilizado em base *pro rata* pelo período de carência (*vesting*) e liquidados em caixa. Tal benefício é parte integrante da política de bônus diferido da matriz, com aplicabilidade global, e com data de vigência indeterminada. (vide nota 19).

2.12. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora.

As obrigações em moeda estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020. O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante e não circulante. As alterações esclarecem:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicados retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguros e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, a alteração deste pronunciamento visa a divulgação estrita de políticas contábeis materiais, evitando assim informações que dupliquem os requerimentos demandados pelas normas IFRS.

IAS 12 – Imposto sobre a renda

A partir de 1º de janeiro de 2023, as diferenças temporárias para reconhecimento do imposto diferido não levará em consideração os reconhecimentos iniciais dos ativos e passivos provenientes de arrendamento mercantil.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Grupo Crédito Agricole Brasil estão relacionadas com os seguintes tópicos:

Tópico	Notas
Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	2.9 e 24
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.7 e 25
Provisão para perda esperada	8
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo	2.6 e 6

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moeda nacional	39	498
Disponibilidades em moeda estrangeira	30.186	35.629
Operações compromissadas	3.972.273	6.450.458
Letras do Tesouro Nacional – LTN	252.281	5.804.733
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	2.499.994	145.726
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.219.998	499.999
Total	4.002.498	6.486.585

5. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A composição da rubrica de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado está demonstrada a seguir:

Ativo	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	1.833.556	1.486.942
Instrumentos financeiros derivativos	1.135.950	1.753.357
Total	2.969.506	3.240.299
Passivo	2021	2020
Instrumentos financeiros derivativos	(985.262)	(1.008.220)
Total	(985.262)	(1.008.220)

A segregação hierárquica do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 6.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

5.1) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2021		
	Notional	Valor justo	MTM
Carteira própria	1.034.921	1.096.000	61.079
Letras do Tesouro Nacional – LTN	625.881	625.891	10
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	342.214	403.073	60.859
Cotas de Fundo DI	66.826	67.036	210
Vinculados a prestação de garantias	738.558	737.556	(1.002)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	738.558	737.556	(1.002)
Total	1.773.479	1.833.556	60.077

	2020		
	Notional	Valor justo	MTM
Carteira própria	935.653	931.126	5.031
Letras do Tesouro Nacional – LTN	330.315	330.567	252
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	80.858	80.858	-
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	405.907	401.128	4.779
Cotas de Fundo DI	118.573	118.573	-
Vinculados ao Banco Central do Brasil	136.029	136.029	-
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	136.029	136.029	-
Vinculados a prestação de garantias	419.620	419.787	167
Letras do Tesouro Nacional – LTN	419.620	419.787	167
Total	1.491.302	1.486.942	5.198

(i) Referem-se às cotas de fundos FIDC não consolidados investidos pelo Fundo Itu.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são contabilizadas de acordo com a intenção do Grupo na aquisição do título.

b) Composição por prazo de vencimento:

	2021	2020
Sem vencimento (i)	470.109	519.701
Até 3 meses	531.505	-
De 3 a 12 meses	608.374	750.354
De 1 a 3 anos	223.568	216.887
Total	1.833.556	1.486.942

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimento FIDC.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

c) Composição por emissor

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Títulos de Renda Fixa		
Títulos Públicos	1.363.447	750.354
Letras do Tesouro Nacional (i)	1.363.447	750.354
Títulos Privados	470.109	736.588
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	-	216.887
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	403.073	401.128
Cotas de Fundo DI	67.036	118.573
Total	1.833.556	1.486.942
(i)	Títulos custodiados na Selic.	
(ii)	Títulos custodiados na B3.	

5.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de *hedge*, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio da política de utilização de *hedge*, alinhada aos limites de exposição a riscos do Grupo Crédit Agricole, sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, o que poderia comprometer os limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, aplicando os requerimentos da IFRS 9. Conforme esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumentos de *hedge* para fins contábeis, e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer ganhos ou perdas de valor justo será diferente.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: *swaps*, termos e futuros. As operações realizadas no Brasil são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge accounting*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim distribuídas:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021			2020		
	Notional	Valor justo	MTM	Notional	Valor justo	MTM
SWAP						
Posição Ativa	118.386	639.587	521.201	292.894	948.236	655.342
Posição Passiva	(398.882)	(521.948)	(123.066)	(466.857)	(473.505)	(6.648)
Termo de moeda - NDF						
Posição Ativa	365.788	446.860	81.072	779.494	794.178	14.684
Posição Passiva	(271.473)	(310.985)	(39.512)	(473.793)	(497.189)	(23.396)
Mercado de opções						
Posição Ativa	11.432	6.617	(4.815)	10.409	6.482	(3.927)
Posição Passiva	(8.331)	(4.762)	3.569	(10.004)	(15.559)	(5.555)
Futuros						
Posição Ativa	42.886	42.886	-	4.461	4.461	-
Posição Passiva	(147.567)	(147.567)	-	(21.967)	(21.967)	-
Total						
Posição Ativa	538.492	1.135.950	597.458	1.087.258	1.753.357	666.099
Posição Passiva	(826.253)	(985.262)	(159.009)	(972.621)	(1.008.220)	(35.599)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

a) Swap, Termo e Opções

As operações com Swap, Termo e Opções em aberto, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim distribuídas:

	2021				
	Valor nominal dos contratos	Custo		Valor justo	
		a receber	a pagar	a receber	a pagar
Contratos de swap					
(CDI vs USD)	2.856.467	33.752	(114.410)	49.500	(94.173)
(CDI vs EURIBOR 3M)	81.714	-	(31.640)	-	(31.288)
(CDI vs EURIBOR 6M)	716.652	17.586	(3.455)	20.193	(1.785)
(CDI vs EURO)	1.626.623	(3.093)	(106.843)	5.218	(111.154)
(CDI vs LIBUSD 3M)	193.165	-	(84.925)	-	(89.102)
(CDI vs LIBUSD 6M)	160.800	(1)	(2.758)	-	(3.050)
(EURIBOR 3M vs USD)	96.133	1.028	-	986	-
(EURIBOR 6M vs USD)	456.059	898	(12.608)	1.659	(10.783)
(EURO vs USD)	1.458.790	34.258	(35.112)	36.775	(28.041)
(LIBUSD 3M vs USD)	6.822.407	(1.852)	(295)	150.067	(4.572)
(LIBUSD 6M vs USD)	2.331.077	(591)	-	74.547	-
(PRE vs CDI)	3.510.076	4.961	9.979	5.779	(101.509)
(PRE vs USD)	727.740	5.969	(13.821)	3.565	(20.149)
(PRE vs EURO)	990.650	-	(3.770)	-	(10.027)
(USD vs EURO)	14.420	1.323	-	1.177	-
(USD vs LIBUSD 3M)	4.682.065	32.211	-	177.002	(16.315)
(USD vs LIBUSD 6M)	1.628.226	2.749	-	113.119	-
Total contratos de swap	28.353.064	129.198	(399.658)	639.587	(521.948)
Contratos a termo					
Compra a termo de moeda - NDF	14.273.745	239.788	(135.283)	319.114	(131.108)
Venda a termo de moeda - NDF	12.051.188	127.148	(135.996)	127.746	(179.877)
Total de contratos a termo	26.324.933	366.936	(271.279)	446.860	(310.985)
Contratos de opção					
Compra de opção de venda - USD	316.000	5.956	-	3.463	-
Venda com opção de compra - USD	152.500	-	(2.850)	-	(1.734)
Compra opção de compra - flexíveis	322.737	5.473	-	3.154	-
Venda opção de venda - flexíveis	286.150	-	(5.473)	-	(3.028)
Total contratos de opção	1.077.387	11.429	(8.323)	6.617	(4.762)
Total	55.755.384	507.563	(679.260)	1.093.064	(837.695)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2020				
	Valor nominal dos contratos	Custo		Valor justo	
		a receber	a pagar	a receber	a pagar
Contratos de swap					
(CDI vs USD)	2.023.142	80.614	(102.618)	83.730	(104.357)
(CDI vs EURIBOR 3M)	81.714	-	(31.999)	1	(31.324)
(CDI vs EURIBOR 6M)	474.790	13.074	(2.764)	16.690	(2.062)
(CDI vs EURO)	924.026	1.154	(108.007)	6.532	(109.883)
(CDI vs LIBUSD 3M)	369.901	-	(139.239)	26	(141.524)
(CDI vs LIBUSD 6M)	160.800	5.049	-	5.605	-
(EURIBOR 3M vs USD)	96.133	11.337	-	7.526	-
(EURO vs USD)	8.398.687	86.704	-	90.978	-
(LIBUSD 3M vs USD)	5.296.202	-	(1.167)	6.370	(22.465)
(LIBUSD 6M vs USD)	2.478.280	-	(462)	-	(7.635)
(PRE vs CDI)	2.268.259	34.220	-	56.009	-
(PRE vs USD)	229.300	22.223	-	23.295	-
(PRE vs EURO)	1.536.087	26.705	(61.942)	37.957	(53.655)
(USD vs CDI)	21.787	1.452	-	1.663	-
(USD vs PRÉ)	45.045	1.206	-	1.058	-
(USD vs EURO)	7.590.751	-	(20.336)	-	(600)
(USD vs LIBUSD 3M)	3.329.349	26.737	-	385.521	-
(USD vs LIBUSD 6M)	1.738.664	2.591	-	225.275	-
Total contratos de swap	37.062.917	313.066	(468.534)	948.236	(473.505)
Contratos a termo					
Compra a termo de moeda - NDF	10.629.705	328.777	(321.770)	308.229	(353.390)
Venda a termo de moeda - NDF	12.296.631	451.937	(151.469)	485.949	(143.799)
Total de contratos a termo	22.926.336	780.714	(473.239)	794.178	(497.189)
Contratos de opção					
Compra de opção de venda - USD	147.000	2.547	-	1.656	-
Venda com opção de compra - USD	47.000	-	(2.680)	-	(4.966)
Venda com opção de venda - USD	22.000	-	(370)	-	-
Compra opção de compra - flexíveis	187.420	7.449	-	4.770	-
Compra opção de venda - Flex	170.205	456	-	56	-
Venda opção de venda - flexíveis	10.872	-	(6.924)	-	(10.593)
Total contratos de opção	584.497	10.452	(9.974)	6.482	(15.559)
Total	60.573.750	1.104.232	(951.747)	1.748.896	(986.253)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

b) Futuros

	2021		2020	
	Valor nominal dos contratos	Valor justo	Valor nominal dos contratos	Valor justo
Contratos de futuros				
Ajuste diário - posição comprada	13.791.986	(147.567)	14.030.782	(21.967)
DI1	6.633.358	(994)	5.794.783	(895)
USD	280.846	(5.617)	142.442	(964)
DDI	6.877.782	(140.956)	8.093.557	(20.108)
Ajuste diário - posição vendida	7.252.145	42.886	3.932.020	4.461
DI1	5.168.768	472	2.268.406	208
USD	1.568.121	31.716	643.092	14
DDI	515.256	10.698	1.020.522	4.239
Total	21.044.131	(104.681)	17.962.802	(17.506)

As operações são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Valor justo dos instrumentos financeiros

A determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Títulos e valores mobiliários: os valores justo dos títulos públicos são apurados segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). As cotas dos fundos de investimentos foram registrados com base na cotação informada pelos administradores
- *Swaps*: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão, também é considerado a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).
- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas, ou utilizando critérios idênticos ao acima descrito para *swaps*.

A hierarquia de precificação dos ativos e passivos ao valor justo está demonstrado a seguir, conforme metodologia de precificação adotada pelo Grupo descrita na nota explicativa 2.6:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021		Total
		Nível 1	Nível 2	
Ativo				
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.366.910	1.602.596	2.969.506
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.363.447	470.109	1.833.556
SWAP	5.2a)	-	639.587	639.587
Termo de moeda	5.2a)	-	446.860	446.860
Mercado de opções	5.2a)	3.463	3.154	6.617
Futuros	5.2b)	-	42.886	42.886
Passivo				
Passivos Financeiros ao valor justo por meio do resultado		(1.734)	(983.528)	(985.262)
SWAP	5.2a)	-	(521.948)	(521.948)
Termo de moeda	5.2a)	-	(310.985)	(310.985)
Mercado de opções	5.2a)	(1.734)	(3.028)	(4.762)
Futuros	5.2b)	-	(147.567)	(147.567)
2020				
	Nota	Nível 1	Nível 2	Total
Ativo				
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado		968.897	2.271.402	3.240.299
Títulos e valores mobiliários	5.1	967.241	519.701	1.486.942
SWAP	5.2a)	-	948.236	948.236
Termo de moeda	5.2a)	-	794.178	794.178
Mercado de opções	5.2a)	1.656	4.826	6.482
Futuros	5.2b)	-	4.461	4.461
Passivo				
Passivos Financeiros ao valor justo por meio do resultado		(4.966)	(1.003.254)	(1.008.220)
SWAP	5.2a)	-	(473.505)	(473.505)
Termo de moeda	5.2a)	-	(497.189)	(497.189)
Mercado de opções	5.2a)	(4.966)	(10.593)	(15.559)
Futuros	5.2b)	-	(21.967)	(21.967)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia valores classificados como Nível 3.

7. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros registrados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estavam assim distribuídas:

	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	1.056.971	-
Operações de crédito	3.313.968	4.229.605
Total	4.370.939	4.229.605

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

A provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado está apresentada na nota 8.

7.1) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia valores de aplicação em depósitos interfinanceiros e não houve resultados com estes no mesmo período.

7.2) Aplicações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há valores em aplicações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2021, o resultado com aplicações em moeda estrangeira foi R\$ 52 (R\$ 179 em 2020) (nota 16).

7.3) Operação de Crédito

As operações de crédito mensurados ao custo amortizado por estágios de classificação está demonstrada a seguir:

	2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	131.214	-	28.633	159.847
Financiamentos à exportação	1.193.337	-	-	1.193.337
Financiamentos	56.878	-	25.582	82.460
Avais e fianças honradas	-	-	8.776	8.776
Cessão de créditos adquiridos	494.356	-	-	494.356
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio	14.669	-	-	14.669
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.214.184	-	-	1.214.184
Outros títulos e créditos a receber	146.339	-	-	146.339
Total	3.250.977	-	62.991	3.313.968

	2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	405.330	-	49.390	454.720
Financiamentos à exportação	1.498.706	-	-	1.498.706
Financiamentos	292.450	-	25.674	318.124
Avais e fianças honradas	-	-	125.941	125.941
Cessão de créditos adquiridos	19.543	-	-	19.543
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio	20.850	-	-	20.850
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.613.920	-	-	1.613.920
Outros títulos e créditos a receber	108.119	-	69.682	177.801
Total	3.958.918	-	270.687	4.229.605

7.4) Títulos e valores mobiliários

As operações de Títulos e valores mobiliários dos ativos financeiros ao custo amortizado são instrumentos financeiros, cujo objetivo do Grupo é mantê-los até o vencimento para recebimento de fluxos de caixa contratuais compostos do valor principal e juros.

Não haviam instrumentos com esse modelo de negócio em 2020.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

a) Composição por classificação

	2021	
	Notional	Valor atualizado
Carteira própria	406.864	413.313
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	145.254	148.847
Debêntures	261.610	264.466
Vinculados a prestação de garantias	642.908	643.658
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	70.300	70.695
Debêntures	572.608	572.963
Total	1.049.772	1.056.971

b) Composição por prazo de vencimento

	2021
Até 3 meses	450.732
De 3 a 12 meses	150.512
De 1 a 3 anos	455.727
Total	1.056.971

8. Provisão para perdas de crédito esperadas

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisões para Perdas Esperadas".

As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágio e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

a) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação:

	2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Operações de crédito				
Empréstimos	-	-	(28.632)	(28.632)
Financiamentos	-	-	(25.582)	(25.582)
Avais e fianças honradas	-	-	(8.776)	(8.776)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	-	-	-
Outros títulos e créditos a receber	-	-	-	-
Total	-	-	(62.990)	(62.990)
	2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Operações de crédito				
Empréstimos	-	-	(49.390)	(49.390)
Financiamentos	-	-	(25.674)	(25.674)
Avais e fianças honradas	-	-	(9.446)	(9.446)
Cessão de créditos adquiridos	-	-	-	-
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio	-	-	-	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(951)	-	-	(951)
Outros títulos e créditos a receber	-	-	(69.682)	(69.682)
Total	(951)	-	(154.192)	(155.143)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação:

	Período de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro 2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(951)	-	(154.192)	(155.143)
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs (i)	951	-	91.202	92.153
Total dos movimentos com impacto no resultado	-	-	(62.990)	(62.990)

	Período de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro 2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	(133.188)	(133.188)
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs (i)	(951)	-	28.386	27.435
Novos ativos financeiros originados	-	-	(49.390)	(49.390)
Total dos movimentos com impacto no resultado	(951)	-	(154.192)	(155.143)

(i) Referem-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

9. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim distribuídas:

	2021	2020
Depósitos	306.158	752.059
Captações no mercado aberto	642.835	136.015
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.519	6.599
Obrigações por empréstimos e repasses	6.710.385	9.531.497
Total	7.662.897	10.426.170

9.1) Depósitos

	À vista		A prazo	
	2021	2020	2021	2020
Sem vencimento	36.351	19.970	-	-
Até 3 meses	-	-	16.148	297.586
De 3 a 12 meses	-	-	153.560	331.400
De 1 a 3 anos	-	-	100.099	103.103
Total	36.351	19.970	269.807	732.089

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

9.2) Captação no mercado aberto

	Carteira própria	
	2021	2020
Até 3 meses	642.835	136.015
Total	642.835	136.015

9.3) Recursos de aceite e emissão de títulos

	Letras de Crédito Agrícola		Letras Financeiras	
	2021	2020	2021	2020
Até 3 meses	-	1.905	-	350
De 3 a 12 meses	-	303	3.519	693
De 1 a 3 anos	-	-	-	3.348
Total	-	2.208	3.519	4.391

9.4) Obrigações por empréstimos e repasses

	Empréstimos no exterior		Obrigações por repasse do exterior	
	2021	2020	2021	2020
Até 3 meses	1.916.979	3.888.171	911.294	63.959
De 3 a 12 meses	3.156.733	4.604.836	-	715.636
De 1 a 3 anos	446.387	-	278.992	258.895
Total	5.520.099	8.493.007	1.190.286	1.038.490

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados com Crédit Agricole CIB - New York (nota 12a), para aplicação em financiamento à exportação no montante de R\$ 1.441.012 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.992.792 em 31 de dezembro de 2020) e com empréstimos em moeda estrangeira no montante de R\$ 4.081.320 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.498.361 em 31 de dezembro de 2020), incorrendo em variação cambial, de juros e imposto de renda, cujo efeito em 31 de dezembro de 2021 sobre os passivos foi um decréscimo de R\$ 2.232 (acrécimo de R\$ 1.854 em 2020).

O resultado negativo com obrigações por empréstimos no exterior em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 12.603 (R\$ 34.373 em 31 de dezembro de 2020) (nota 16).

Os recursos captados com Crédit Agricole CIB - New York (nota 12a) para repasse a mutuários são representados no montante de R\$ 1.182.924 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.035.580 em 31 de dezembro de 2020), incorrendo em variação cambial, acrescidas de juros de R\$ 7.361 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.910 em 31 de dezembro de 2020).

A despesa com obrigações por repasse no exterior em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 18.313 (R\$ 15.661 em 31 de dezembro de 2020) (nota 16).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

10. Ativos fiscais diferidos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (Nota 25)	267.926	271.699
Total	267.926	271.699

11. Outros ativos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Correspondentes no país	100	388
Operações de câmbio (iv)	-	149.042
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	491	313
Impostos e contribuições a compensar (iii)	5.296	13.235
Adiantamentos e antecipações salariais	814	1.726
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 12)	10.939	2.342
Despesas antecipadas	1.581	2.956
Outros ativos	4.325	1.669
Total	23.546	171.671
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais(i)	18.949	18.157
Impostos e contribuições a compensar (ii)	8.092	8.010
Devedores por depósito em garantia	867	-
Total	27.908	26.167

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Grupo (nota 24), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS, IOF):

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício	13.556	4.601	18.157	13.177	4.187	17.364
Constituições	-	391	391	94	339	433
Reversões / realizações	-	-	-	(78)	(14)	(92)
Atualizações	273	128	401	363	89	452
Saldo no final do exercício	13.829	5.120	18.949	13.556	4.601	18.157

(ii) Composto por PIS recolhido a maior no exercício de 1995, cuja decisão foi favorável ao Grupo no Supremo Tribunal de Justiça no montante de R\$ 3.060 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.035 em 31 de dezembro de 2020), e compensação de créditos decorrentes do recolhimento indevido da alíquota excedente de 0,5% do Finsocial, no período de setembro 1989 a março 1993, com os valores devidos a títulos de CSLL no montante de R\$ 5.032 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.975 em 31 de dezembro de 2020), aguardando compensação.

(iii) Composto substancialmente por antecipações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a serem compensados. Em 31 de dezembro de 2021 não houve valor (R\$ 2.232 de IRPJ e R\$ 1.033 de CSLL em 31 de dezembro de 2020) e tributos a compensar referente ao ECF de R\$ 135 em 31 de dezembro de 2021 referente a 2021/2020 (R\$ 1.046 em 31 de dezembro de 2020, com base 2020/2019).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

(iv) O saldo da Carteira de câmbio é representado pela diferença entre o saldo da posição ativa e da passiva, cuja demonstração será refletida na rubrica "Outros ativos", se houver montante a receber, ou "Outros Passivos" (nota explicativa 14), caso haja valor a ser pago.

12. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

	2021		2020	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) (*)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) (*)
Caixa e equivalentes de caixa	2.926	-	3.570	-
Crédit Agricole CIB - Paris	2.926	-	3.570	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	2	-	204
Crédit Agricole CIB - New York	-	2	-	204
Valores a receber sociedades ligadas (Notas 11, 18)	10.939	19.748	2.342	7.056
Crédit Agricole CIB - New York	417	1.549	339	831
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM	961	-	1.103	464
Crédit Agricole CIB – Paris	7.347	15.983	898	5.748
Crédit Agricole CIB – Tokyo	2.214	2.214	2	2
Crédit Agricole CIB – Suisse	-	2	-	11
Depósitos a vista	(106)	-	(124)	-
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM	(106)	-	(124)	-
Instrumentos financeiros derivativos	219.477	-	2.646	-
Fundo A de Investimento Multimercado	219.477	-	2.646	-
Valores a pagar sociedades ligadas (Notas 14, 20)	(164)	(23.232)	(113.897)	(14.528)
Crédit Agricole CIB – Paris **	(33)	(14.042)	(112.708)	(10.200)
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM	(131)	(1.179)	(330)	(3.386)
Crédit Agricole CIB – New York	-	(5.013)	-	(10)
Crédit Agricole CIB – Singapura	-	(700)	-	(932)
Crédit Agricole CIB – London	-	(2.298)	(859)	-
Empréstimos no exterior (Nota 9)	6.710.385	(344.775)	9.531.497	(2.347.538)
Crédit Agricole CIB - New York	6.710.385	(344.775)	9.531.497	(2.347.538)
Operações de câmbio	(206.181)	(165.777)	392.196	156.959
Crédit Agricole CIB – London	(176.569)	(165.777)	367.571	156.959
Crédit Agricole CIB – Paris	(29.612)		24.625	

(*) O resultado das operações realizadas em moeda estrangeira inclui a variação cambial do período.

(**) Substancialmente constituído pela garantia cedida pelo Crédit Agricole CIB – Paris ao fundo FIDC Global TR afim de manter a liquidez deste proposto em conforme regulamento

No decorrer do ano de 2021, os valores de rateio de custos comuns com a CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM perfaziam o montante de R\$ 12.130 (R\$9.380 em 31 de dezembro de 2020) e foram contabilizadas nas respectivas contas de resultado no Banco.

Em 2020 o banco possuía um contrato de risco de participação com a ligada Crédit Agricole NY, que assume o risco de 92,5% da operação de avais e fianças honradas (nota 6e), o qual foi executado em 2021.

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a redução de risco nelas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 14.698 (R\$ 13.170 em 31 de dezembro de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

13. Obrigações fiscais

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Impostos e Contribuições a recolher	8.745	5.915
Impostos e contribuições sobre os lucros	25.648	2.700
Total	<u>34.393</u>	<u>8.615</u>

b) Obrigações fiscais diferidas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições diferidos (Nota 25b)	311.521	289.340
Total	<u>311.521</u>	<u>289.340</u>

14. Outros passivos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Programa para participação dos resultados (i)	3.236	2.885
Juros sobre o capital próprio (ii)	12.750	15.300
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 12)	164	113.897
Operações de câmbio (iii)	53.928	-
Despesa com pessoal	25.797	20.041
Outros valores a pagar	63.492	24.250
Obrigações Direito de uso	6.513	9.118
Participações de terceiros não controladores	44.262	57.539
Outros passivos	2.269	1.936
Total	<u>212.411</u>	<u>244.966</u>
Exigível a longo prazo		
Outros passivos contingentes	9.630	9.646
Total	<u>9.630</u>	<u>9.646</u>

(i) Esperado de acordo com a convenção coletiva da categoria;

(ii) A provisão de juros sobre o capital próprio de 2021 que foi liquidado em janeiro de 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

- (iii) O saldo da Carteira de câmbio é representado pela diferença entre o saldo da posição ativa e da passiva, cuja demonstração será refletida na rubrica "Outros ativos" (nota explicativa 11), se houver montante a receber, ou "Outros Passivos", caso haja valor a ser pago.

15. Capital social e dividendos

a) Empresas controladas e ligadas

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.105.673 (mesmo valor em 2020) e está representado por 24.859.617.114 (mesmo valor em 2020) ações, sendo 24.289.284.928 (mesmo valor em 2020) ações ordinárias e 570.332.186 (mesmo valor em 2020) ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas no exterior.

Em 30 de abril de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R\$ 1.452.865 para R\$ 2.105.673, mediante emissão de 7.065.017.080 novas ações ordinárias, sem valor nominal, equivalentes a R\$ 652.807, que foram integralizadas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e Crédit Agricole CIB Global Banking. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 05 de maio de 2020.

b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5.322 (R\$ 1.928 em 31 de dezembro de 2020), totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 32.433 (R\$ 27.111 em 31 de dezembro de 2020).

c) Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas especiais de lucro atingiu o montante de R\$ 268.448 (R\$ 182.334 em 31 de dezembro de 2020).

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do semestre, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição ocorre, quando aplicável, anualmente.

e) Juros sobre capital próprio

	2020			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	18.000	0,07241	31/12/2020	27/01/2021
Total aos acionistas	18.000	0,07241		
	2021			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	15.000	0,06034	30/12/2021	07/01/2022
Total aos acionistas	15.000	0,06034		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

A posição passiva no balanço patrimonial de juros sobre capital próprio a pagar apresentou os seguintes montantes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros sobre o capital próprio	15.000	18.000
Impostos e contribuições sobre os lucros	(2.250)	(2.700)
Total líquido	<u>12.750</u>	<u>15.300</u>

O Grupo está em conformidade a Resolução 4.820, de 29 de maio de 2020, que estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração de capital próprio, ao aumento da remuneração dos administradores, à recompra de ações e à redução do capital social.

f) Reserva especial de lucros

Destinada a futuro aumento do capital social e constituída do resultado do período após a destinação da reserva legal e dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando distribuídos.

16. Receita (despesa) de juros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas com juros	<u>357.053</u>	<u>228.132</u>
Operações de crédito	77.595	107.584
Aplicações no mercado aberto	239.904	120.369
Aplicação em moeda estrangeira (nota 9)	52	179
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	12.559	-
Debêntures	26.943	-
Despesas com juros	<u>(67.964)</u>	<u>(69.816)</u>
Depósitos	(19.500)	(15.630)
Despesas de operações compromissadas	(16.653)	(2.739)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	(10)	(46)
Despesas de letras financeiras	(190)	(412)
Contribuição ordinária	(695)	(955)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(30.916)	(50.034)
Total	<u>289.089</u>	<u>158.316</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

17. Resultado líquido com instrumentos financeiros

	2021	2020
Instrumentos financeiros derivativos	493.457	(207.494)
Futuro	176.087	175.705
Swap	(116.500)	(1.065.294)
Termo	432.761	610.543
Opções	1.109	71.552
Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	61.251	61.056
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.006	18.108
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	48.245	36.461
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	-	6.168
Certificado de depósito bancário - CDB	-	319
Total	554.708	(146.438)

18. Receitas de prestação de serviços

	2021	2020
Prestação de serviços - ligadas	18.246	7.056
Rendas de garantias prestadas	2.609	2.956
Comissão de estruturação - FIDC	770	270
Comissão de estruturação	6.407	1.547
Comissão de distribuição	400	400
Consultorias	5.166	2.400
Manutenção de contas correntes	96	120
Comissão de assessoria financeira	6.575	-
Comissão de compromisso	700	-
Total	40.969	14.749

19. Despesas de pessoal

	2021	2020
Honorários	(9.306)	(9.828)
Proventos	(41.687)	(32.123)
Encargos	(21.746)	(21.311)
Benefícios	(8.969)	(8.528)
Participações dos empregados nos lucros	(3.268)	(2.895)
Outras	(276)	(422)
Total	(85.252)	(75.107)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

20. Outras despesas administrativas

	2021	2020
Prestação de serviços - ligadas	(27.849)	(10.996)
Serviços do sistema financeiro	(11.664)	(10.774)
Serviços técnicos	(7.924)	(8.280)
Processamento de dados	(8.676)	(6.593)
Taxa de administração de fundos	(905)	(6.027)
Serviços do sistema financeiro - ligadas (Nota	(1.301)	(3.532)
Depreciação e amortização	(3.778)	(2.871)
Aluguéis	(3.348)	(2.417)
Manutenção	(702)	(1.007)
Comunicação	(286)	(586)
Transportes	(395)	(523)
Viagens	(449)	(441)
Publicações	(148)	(246)
Seguros	(167)	(188)
Água, energia e gás	(44)	(50)
Outras despesas administrativas	(11.204)	(2.586)
Total	(78.840)	(57.117)

21. Despesas tributárias

	2021	2020
ISS	(3.762)	(666)
COFINS	(21.899)	(21.866)
PIS	(3.559)	(3.553)
Outras despesas tributárias (i)	(1.307)	(3.229)
Total	(30.527)	(29.314)

(i) inclui o valor de IOF sobre aporte de Capital em 2020, no valor de R\$ 2.481.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

22. Outras receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recuperação de encargos e despesas	64	-
Variações monetárias	837	908
Reversão de provisão	555	1.464
Reversão de provisão - Ligadas	12.423	-
Multa sobre operação de SWAP	47	43
Rendas de compromisso de aquisição de quotas de Fundos	21	3.914
Rendas de compromisso de liquidez	4.290	-
Rendas de disponibilização	67	-
Taxa de permanência de crédito	11.548	1.218
Outras rendas operacionais	2.765	7.500
Total	<u>32.617</u>	<u>15.047</u>

23. Outras despesas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Variações monetárias	(1)	(1)
Juros/multas s/impostos	(151)	(251)
Provisão para contingências trabalhistas	(157)	(157)
Provisão para contingências fiscais	(746)	(663)
Recebimento de garantias - ligadas	(5.003)	-
Outras despesas operacionais (i)	(73.921)	(6.390)
Total	<u>(79.979)</u>	<u>(7.462)</u>

(i) Representada substancialmente pela participação de não controladores em cotas de fundos de investimentos consolidados.

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 o montante total de ativos contingentes era de R\$ 210, composto de processos tributários, cuja contraparte é a Fazenda Nacional, em 31 de dezembro de 2020 não havia saldo.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantinha o montante de R\$ 9.630 (R\$ 9.646 em 31 de dezembro de 2020) (nota 15d) registrado como provisão para contingência, montante este

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, sendo: R\$ 5.262 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.700 em 31 de dezembro de 2020) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do SAT - Seguro de Acidente de Trabalho sobre a folha de pagamento; R\$ 2.624 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.467 em 31 de dezembro de 2020) para contingências referentes a processos trabalhistas; R\$ 1.744 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.690 em 31 de dezembro de 2020) substancialmente referente declarações de compensações apresentadas em 2003 referente saldo negativo de IRPJ de 2002 não reconhecida pela Receita Federal; e R\$ 789 em 31 de dezembro de 2020, sendo que em 31 de dezembro de 2021 não houve saldo.

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo inicial do exercício	7.179	2.467	9.646	6.545	2.310	8.855
Constituições	549	-	549	360	-	360
Reversões/realizações	(905)	-	(905)	-	-	-
Atualizações	183	157	340	274	157	431
Saldo final do exercício	7.006	2.624	9.630	7.179	2.467	9.646

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	7.006	7.006	7.179	7.179
Riscos Trabalhistas	2.624	2.624	2.467	2.467
Total	9.630	9.630	9.646	9.646

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
	Valor Reclamado	Valor Reclamado
Riscos fiscais (i)	25.983	25.829
Riscos trabalhistas (ii)	12.407	11.580
Riscos civis	13	-
Total	38.403	37.409

(i) Os passivos contingentes fiscais referem-se à contestação de base fiscal para ISS e créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal.

(ii) Os passivos trabalhistas são representados substancialmente por contestações de horas-extras, diferenças salariais e gratificações.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Ativo/passivo fiscal diferido de imposto de renda	(14.514)	(13.688)
Ativo/Passivo fiscal diferido de contribuição social	(11.440)	(10.112)
	(25.954)	(23.800)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	187.510	65.298
Imposto de Renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(46.878)	(16.325)
Contribuição Social - alíquota de 15% e 20% (ii)	(37.502)	(13.060)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	58.426	5.584
Participação nos lucros	1.471	1.303
Outras adições e exclusões (iii)	58.739	4.281
Efeito da variação da CS referente majoração de alíquota (iv)	(1.784)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios	(25.954)	(23.800)

(i) Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício;

(ii) A partir de janeiro de 2020 a alíquota da contribuição social é 20%. Anterior a esta data era 15%. O Banco constitui o crédito tributário na alíquota com base em estimativa de realização.

(iii) Representado substancialmente pela parcela indedutível de juros sobre exportação.

(iv) A alíquota da contribuição social até o mês de janeiro de 2020 era 15%, sendo tributado a 20% deste mês em diante. O Banco constitui o crédito tributário na alíquota com base em estimativa de realização, para Junho foi aplicada alíquota de 25% para o ativo/ passivo fiscal diferido. A partir de Julho de 2021, a alíquota de contribuição social para o imposto corrente e diferido é 25%.

b) Créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. Os créditos tributários e obrigações diferidas de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Descrição	Saldo		Saldo	
	dez/2020	Constituições	Realizações	dez/2021
Imposto de Renda - diferenças temporárias				
Marcação a mercado TVM e derivativos	12.566	28.672	(12.859)	28.380
Participações no lucro	721	809	(721)	809
Gratificação	2.926	4.244	(2.926)	4.244
14° Salário	317	358	(317)	358
Provisão para contingências	3.786	-	(1.850)	1.936
Provisão para garantias prestadas/executadas	14.947	-	(5.595)	9.352
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.419	-	(24)	6.395
Outras adições e exclusões	12.013	-	459	12.473
Prejuízo fiscal	96.481	-	(12.440)	84.041
	150.176	34.083	(36.273)	147.986
Contribuição social - diferenças temporárias				
Marcação a mercado TVM e derivativos	10.051	22.937	(10.285)	22.703
Participações no lucro	577	647	(577)	647
Gratificação	2.760	3.815	(2.760)	3.815
14° Salário	254	286	(254)	286
Provisão para contingências	3.029	-	(1.480)	1.549
Provisão para garantias prestadas/executadas	11.957	-	(4.475)	7.482
Operação de Crédito baixado como prejuízo	5.135	-	(19)	5.116
Outras adições e exclusões	9.611	-	368	9.978
Prejuízo fiscal	78.149	-	(9.785)	68.364
	121.522	27.685	(29.267)	119.940
Total	271.699	61.768	(65.540)	267.926

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Descrição	Saldo		Realizações	Saldo
	dez/2019	Constituições		dez/2020
Imposto de Renda - diferenças temporárias				
Marcação a mercado TVM e derivativos	1.227	10.886	453	12.566
Participações no lucro	655	721	(655)	721
Gratificação	3.042	2.926	(3.042)	2.926
14° Salário	300	317	(300)	317
Provisão para contingências	1.790	1.996	-	3.786
Provisão para garantias prestadas/executadas	2.484	12.463	-	14.947
Operação de Crédito baixado como prejuízo	20.449	-	(14.030)	6.419
Outras adições e exclusões	1.806	224	9.983	12.013
Prejuízo fiscal	52.040	44.441	-	96.481
	83.793	73.974	(7.591)	150.176
Contribuição social - diferenças temporárias				
Marcação a mercado TVM e derivativos	980	8.708	362	10.050
Participações no lucro	524	577	(524)	577
Gratificação	2.434	2.760	(2.434)	2.760
14° Salário	240	254	(240)	254
Provisão para contingências	1.432	1.597	-	3.029
Provisão para garantias prestadas/executadas	1.987	9.970	-	11.957
Operação de Crédito baixado como prejuízo	16.359	-	(11.224)	5.135
Outras adições e exclusões	1.444	180	7.987	9.611
Prejuízo fiscal	42.177	35.972	-	78.149
	67.577	60.018	(6.073)	121.522
Total	151.370	133.992	(13.664)	271.699

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Descrição	Saldo		Realizações	Saldo	
	dez/2020	Constituições		dez/2021	Constituições
Imposto de Renda - obrigações diferidas					
Marcação a mercado TVM e derivativos	(160.744)	(146.628)	134.305	(173.067)	
	(160.744)	(146.628)	134.305	(173.067)	
Contribuição social - obrigações diferidas					
Marcação a mercado TVM e derivativos	(128.596)	(117.301)	107.443	(138.454)	
	(128.596)	(117.301)	107.443	(138.454)	
	(289.340)	(263.929)	241.748	(311.521)	

Descrição	Saldo		Realizações	Saldo	
	dez/2019	Constituições		dez/2020	Constituições
Imposto de Renda - obrigações diferidas					
Marcação a mercado TVM e derivativos	(80.672)	(162.045)	81.973	(160.744)	
	(80.672)	(162.045)	81.973	(160.744)	
Contribuição social - obrigações diferidas					
Marcação a mercado TVM e derivativos	(64.538)	(129.636)	65.578	(128.596)	
	(64.538)	(129.636)	65.578	(128.596)	
	(145.210)	(291.681)	147.551	(289.340)	

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social está apresentada da seguinte forma:

	31/12/2021						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Imposto de Renda							
Prejuízo fiscal	7.508	9.096	22.561	12.752	23.926	8.198	84.041
Diferenças temporárias	25.345	12.365	9.607	2.348	116	2.101	51.882
Total	32.853	21.461	32.168	15.100	24.042	10.299	135.923
Valor presente	29.627	17.231	23.559	10.051	14.447	5.574	100.489
Contribuição Social							
Prejuízo fiscal	6.005	7.277	18.049	10.202	19.140	7.691	68.364
Diferenças temporárias	20.695	9.892	7.686	1.879	93	1.681	41.926
Total	26.700	17.169	25.735	12.081	19.233	9.372	110.290
Valor presente	24.078	13.785	18.848	8.041	11.558	5.072	81.382
Prejuízo fiscal	13.513	16.373	40.610	22.954	43.066	15.889	152.405
Diferenças temporárias	46.040	22.257	17.293	4.227	209	3.782	93.808
Total	59.553	38.630	57.903	27.181	43.275	19.671	246.213
Valor presente	53.705	31.016	42.407	18.092	26.005	10.646	181.871

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2020								
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Imposto de Renda									
Prejuízo fiscal	2.768	7.373	5.448	24.648	7.542	17.474	26.177	5.051	96.481
Diferenças temporárias	29.406	92	1.572	7.906	2.363	-	-	-	41.339
Total	32.174	7.465	7.020	32.554	9.905	17.474	26.177	5.051	137.820
Valor presente	31.469	6.952	6.111	26.313	7.422	12.096	16.689	2.967	110.019
Contribuição Social									
Prejuízo fiscal	2.215	5.898	4.359	19.719	6.034	13.979	20.942	5.003	78.149
Diferenças temporárias	23.818	115	1.300	6.367	1.890	-	-	-	33.490
Total	26.033	6.013	5.659	26.086	7.924	13.979	20.942	5.003	111.639
Valor presente	25.463	5.599	4.927	21.085	5.938	9.677	13.352	2.939	88.980
Prejuízo fiscal	4.983	13.271	9.807	44.367	13.576	31.453	47.119	10.054	174.630
Diferenças temporárias	53.224	207	2.872	14.273	4.253	-	-	-	74.829
Total	58.207	13.478	12.679	58.640	17.829	31.453	47.119	10.054	249.459
Valor presente	56.932	12.551	11.038	47.398	13.360	21.773	30.041	5.906	198.999

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até 2027 para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 181.871 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 198.999 em 31 de dezembro de 2020), utilizando a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 31 de dezembro de 2021 tenham sua realização futura até o ano de 2027.

26. Gerenciamento de Risco

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole S.A., o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil possui estrutura de **Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital** em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Todas as políticas com a descrição das estruturas de Gerenciamento de Riscos e Capital encontram-se disponíveis no site www.ca-cib.com.br, nos termos da resolução nº 4595 e da Circular nº 3678. As informações contidas no *website* “não fazem parte dessas demonstrações financeiras”.

Para atender à estrutura de gerenciamento integrado de riscos, a Diretoria nomeou diretor responsável para gerenciamento de Riscos (CRO), diretor responsável para o gerenciamento do Capital e definiu limites para o Apetite de Risco (RAS) coerentes com o Plano Estratégico e testes de estresse integrados para assegurar a adequação de capital da instituição.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o capital mantido pela instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos, adequando

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

prospectivamente o apetite de Risco e Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

O Comitê de Riscos, acompanha, discute e avalia as estratégias do Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, o Apetite de Risco e respectivos limites, os resultados dos testes de estresses e seus impactos sobre o Plano de Capital.

A governança corporativa está presente na Instituição, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas. O Conglomerado Prudencial Crédit Agricole é classificado como segmento S3 de acordo com a Resolução 4.553 do CMN.

As políticas e estratégias para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital são revisadas no mínimo anualmente pela Diretoria.

Risco e Gerenciamento de Capital

O Grupo Crédit Agricole Brasil mantém estrutura de gerenciamento de capital integrada à estrutura de gerenciamento de riscos, que permite o monitoramento e o controle do seu capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição. A avaliação considera as características das operações registradas no balanço da instituição, assim como possíveis impactos relacionados aos objetivos estratégicos, incluindo metas e projeções, assim como a definição das principais fontes de capital.

A estrutura de gerenciamento de capital contém políticas e estratégias que estabelecem os procedimentos necessários à manutenção do Patrimônio de Referência, o Nível I e o Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar.

Periodicamente, o Grupo Crédit Agricole Brasil faz avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse, considerando ameaças e oportunidades relativas aos ambientes econômico e de negócios.

A instituição também mantém um plano de contingência de capital, atualizado anualmente, onde são estabelecidas responsabilidades, estratégias e procedimentos claramente definidos e documentados para fazer frente a eventuais situações de estresse.

O gerenciamento de capital compreende:

- a) Monitoramento e controle de capital mantido pela instituição face aos limites mínimos de capital;
- b) Plano de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, considerando os objetivos estratégicos nos próximos três anos; e
- c) Testes de estresse e avaliação dos seus impactos sobre o capital.

A estrutura de gerenciamento de capital auxilia a administração quanto à gestão da instituição por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital são revisadas no mínimo anualmente pela administração.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de capital encontra-se disponível no *site* www.ca-cib.com.br.

A partir de outubro de 2013 os índices de capital foram apurados conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, ambas de 1º de março de 2013. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2021 é de 26,69% (20,47% em 31 de dezembro de 2020) sendo sua apuração demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
PR - Patrimônio de Referência	2.370.846	2.183.264
Capital social e reservas, reavaliações e reservas de lucro	2.365.403	2.365.374
Ajustes de reavaliação patrimonial	11.432	2.861
Ajuste prudencial	(5.989)	(184.971)
Ativos ponderados pelo riscos (RWA)	8.881.731	10.665.464
Risco de crédito (RWACpad)	7.283.171	8.895.067
Privado bancário	4.026.818	4.167.808
Privado não bancário	3.256.353	4.580.544
Público não bancário	-	146.715
Risco de mercado (RWAMpad)	1.083.180	1.329.533
Exposição cambial	966.797	774.688
Exposição de juros	116.383	554.845
Risco Operacional (RWAOpad)	515.380	440.864
PR mínimo requerido para RWA	710.538	853.237
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.660.308	1.330.027
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	1.555	5.741
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.658.753	1.324.286
Adicional de Conservação de Capital	144.328	173.314
Índice de Basileia	26,69%	20,47%
Índice de Basileia amplo	26,69%	20,46%

A gestão de riscos, a apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e a apuração do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com a Circular 3.678/13, estão disponíveis no *site* www.ca-cib.com.br

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do cliente não ter capacidade para cumprir os compromissos financeiros assumidos com o Grupo, incluindo:

- a) a liquidação de empréstimos concedidos;
- b) a liquidação de eventuais desembolsos concedidas pelo Grupo a terceiros para honrar avais, fianças e garantias em nome do cliente;
- c) a liquidação de obrigações de instrumentos financeiros derivativos.

O Grupo possui políticas de avaliação e gerenciamento contínuo de risco de crédito, em conformidade com as normas instruídas pelo grupo Crédit Agricole e com a regulamentação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

vigente do Banco Central do Brasil, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Grupo em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela alta administração.

O Grupo possui Área de Risco de Crédito independente e segregada da área de Gerenciamento de Clientes, e com estrutura compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos oferecidos aos clientes, a qual contempla:

- Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da área de Risco de Crédito;
- Modelos, ferramentas e sistemas próprios de identificação, mensuração, avaliação e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte (“*rating*”);
- Ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
- Gerenciamento Contínuo do Risco de Crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos da performance da carteira do Grupo, incluindo testes de estresse apresentados para a alta administração.

As políticas observam riscos relativos à concentração (grupos econômicos, setores econômicos, etc), prazos, moedas, além de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira dos clientes e exigência de garantias, de forma a não comprometer a qualidade esperada da carteira.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima dos ativos financeiros registrados no balanço patrimonial por classificação interna de risco, conforme descrito na nota explicativa 2.3:

	2021	2020
Ativos Financeiros ao custo amortizado	3.313.968	4.229.605
Baixo (1)	3.250.977	3.958.918
Médio (2)	-	-
Alto (3)	62.991	270.687
Operações Off-Balance (i)	48.622	52.687
Baixo (1)	48.622	52.687
Total	3.362.590	4.282.292

(i) Limites contratados e não utilizados

(1) Operações classificadas no estágio 1

(2) Operações classificadas no estágio 2

(3) Operações classificadas no estágio 3

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Abaixo estão os ativos com excesso ou insuficiência de garantias:

	2021			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantias	
	Valor contábil	Valor justo da Garantia	Valor contábil	Valor justo da Garantia
Grandes Empresas	424.637	608.209	960.430	957.423
Micro / Pequenas e Médias Empresas	125.447	377.359	70.217	67.500
Pessoa Física	594	1.180	-	-
Total	550.678	986.748	1.030.647	1.024.923

	2020			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantias	
	Valor contábil	Valor justo da Garantia	Valor contábil	Valor justo da Garantia
Grandes Empresas	1.934.128	3.930.100	203.778	198.295
Micro / Pequenas e Médias Empresas	417.499	859.355	38.013	35.500
Pessoa Física	5.139	9.804	-	-
Total	2.356.766	4.799.259	241.791	233.795

Do total das operações de crédito, R\$ 1.781.265 (R\$ 1.680.371 em 2020) representam empréstimos sem garantias.

Risco de Mercado

As perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, Valor em Risco (VaR) e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do Valor em Risco utiliza simulação histórica, considerando 261 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de *holding period*. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas de mercado. O teste de aderência (*back-testing*) do modelo de Valor em Risco é efetuado através da comparação aos resultados efetivamente auferidos.

VaR	dez/21	dez/20
Média	272	309
Mínimo	88	40
Máximo	1 121	881

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Os limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado são revisados, no mínimo, anualmente.

Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada aos índices SELIC e DI, exposição à variação cambial de moedas, libor, euribor e cupom cambial.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de *Market Risk* com relação a coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa.

Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Grupo, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente, indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada a lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O Grupo Crédit Agricole implementou um componente organizacional dedicado à avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de riscos com a participação de todas as áreas de serviços e negócios.

Através de reuniões regulares, a alta administração do Grupo Crédit Agricole Brasil e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial, discutem as conclusões do mapeamento de riscos, os resultados dos indicadores de riscos e de performance, perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Risco Socioambiental

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores do Grupo atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz do Grupo Crédit Agricole e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de risco reputacional do Grupo, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais que possam resultar de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Grupo a seus clientes. Cada operação é analisada sob a ótica socioambiental pela áreas de negócios, Risco de Crédito, *Compliance*, Desenvolvimento Sustentável na Matriz, e pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

O Risco Socioambiental é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas socioambientais (informações retiradas através de relatórios quando existentes).